

A RELAÇÃO ENTRE A ESCRITA E A FUNCIONALIDADE DA LÍNGUA PORTUGUESA

Katherine Souza Costa Nunes ¹

Edineide Santana ²

Marilene Batista da Cruz Nascimento ³

Letras



**cadernos de
graduação**

ciências humanas e sociais

ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

Este artigo tem como objetivo descrever a relação entre a escrita, o uso da linguagem coloquial e formal e a funcionalidade da língua; descrever a relevância dos gêneros textuais para o processo de leitura e escrita na escola, a fim de obter um ensino de Língua Portuguesa voltado para a realidade do aluno. Esta pesquisa foi realizada por meio de livros, revistas científicas, artigos e dissertações que ajudaram a construir o conhecimento sobre a abordagem dos conteúdos gramaticais, levando-se em consideração a função da gramática e como consequência o interesse do aluno pela disciplina. A escola tradicional ainda adota o uso da gramática normativa como mecanismo de aprendizagem. Porém, é possível o estudo da gramática nos gêneros textuais, aproximando a teoria à realidade do aluno. E dessa forma, melhorar a qualidade da educação formal, principalmente quanto às habilidades de leitura e escrita.

PALAVRAS-CHAVE

Escrita. Gêneros Textuais. Gramática. Língua.

ABSTRACT

This article aims to describe the relationship between writing, the use of colloquial and formal language and the functionality of the language; describe the relevance of genres to the process of reading and writing in school, in order to obtain a Portuguese Language teaching facing the reality of the student. This research was conducted through books, journals, articles and dissertations that helped build the knowledge of the grammatical content approach, taking into account the role of grammar and as a result the student's interest in the discipline. Traditional schools still adopts the use of normative grammar as a learning mechanism. However, it is possible the study of grammar in text genres approaching the theory to the student's reality. And thus, improve the quality of formal education, especially regarding reading and writing skills.

KEYWORDS

Writing. Textual Genres. Grammar. Language.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda o tema sobre o padrão de eficiência da disciplina da Língua Portuguesa na oralidade e escrita dos alunos. O conhecimento do uso adequado do Português, tanto por meio de sua forma escrita, como oral, torna-se fundamental para orientar os discentes a utilizarem o idioma de modo apropriado sendo capazes de manterem comunicação compreensível com os falantes da língua materna.

Segundo Travaglia (2007, p. 79), “[...] o ensino de teoria gramatical ou linguística não leva à formação de usuários competentes da língua, não faz bons produtores e compreendedores de textos [...]”. Os estudantes concluem a escolaridade – entre ensino fundamental e médio são doze anos – e pode-se perceber por meio de análises dos profissionais linguistas e gramáticos a ineficiência desses em compreensão e produção de texto, resoluções de questões de provas e leitura.

Dentro desse contexto, questiona-se: qual a relação entre linguagem culta e coloquial, funcionalidade da Língua Portuguesa e escrita? Até que ponto o uso dos gêneros textuais contribui para a construção do processo de leitura e escrita?

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivos descrever a relação entre a escrita, o uso da linguagem coloquial e formal e a funcionalidade da língua, identificar a relevância dos gêneros textuais para o processo de leitura e escrita na escola.

Justifica-se a pesquisa à necessidade de descobrir e possibilitar o entendimento sobre eventuais erros que possam estar privando os alunos a manifestarem uma comunicação satisfatória e uma escrita primorosa. E, dessa forma, encontrar meios de fazer com que os discentes tenham interesse e compreendam a Língua Portuguesa, percebendo a funcionalidade da gramática e unindo tais conhecimentos à escrita e à oralidade, e quando for necessário, utilizá-la em apresentações formais.

O interesse por esta pesquisa emergiu da inquietude e curiosidade em esclarecer os caminhos de uma boa escrita e oralidade. Ademais, verificar nos estudos existentes, as dificuldades de alunos, em geral, em produzir textos e apresentar trabalhos. Nessa perspectiva, este estudo busca a (re)construção de conhecimentos tanto para os estudantes, como para qualquer falante da Língua Portuguesa do Brasil, que ao apresentar teorias de autores renomados como Travaglia (2007) e Perini (2009) possibilitam uma ressignificação dos saberes linguísticos.

O artigo tem relevância social uma vez que se faz necessário discutir o ensino da Língua Portuguesa, aliando teoria e prática, estimulando o uso de recursos diferenciados a fim de proporcionar ao aluno um interesse pela disciplina.

Os procedimentos metodológicos basearam-se em fontes impressas, tais como, livros, revista científica, artigos e dissertações encontrados na biblioteca da Universidade Tiradentes, no Campus Centro. Após coleta de dados foi utilizada a técnica do fichamento contida nas fontes para facilitar o desenvolvimento do artigo.

2 QUEIXA E DEMANDA: O QUE SE ENSINA E O QUE SE FAZ NECESSÁRIO APRENDER

O ensino da Língua Portuguesa no Brasil orienta-se pela educação tradicional, aquela em que o professor segue os assuntos dispostos na gramática, conceitua os tópicos, afirma suas regras e exceções e quais devem ser seguidas, consideradas como obrigatórias pela sociedade tanto na escrita quanto na oralidade. Porém, no estudo de Letras Português é possível perceber um conflito existente entre linguistas e gramáticos, cada um em defesa de sua ideia, conforme afirma Costa e Abreu (2006, p. 6):

Os primeiros defendem que a língua é viva, mutável, e que seu ensino deveria refletir a realidade linguística vivida pelos brasileiros; os segundos defendem que para se aprender uma língua é necessário aprender o sistema de regras que a rege.

Nesse paradoxo está a problemática da escrita de textos, pois para uma escrita normativa faz-se necessário o uso das regras gramaticais, mas surge a questão de adequar a oralidade à escrita, já que falamos de uma maneira coloquial e nos é cobrado escrever com uma linguagem culta.

De acordo com Perini (2009) existem duas línguas atuantes no Brasil: uma que se escreve e recebe o nome de português, esta é aprendida na escola e cobrada pela sociedade; e outra que se fala – não tem nome definindo-a – e esta é a língua materna dos falantes brasileiros, usada naturalmente sem rebuscamentos linguísticos.

A evolução da língua facilita a comunicação dos falantes, mas também traz dificuldades em adaptá-la à escrita. Esta é repleta de regras que não condizem com a realidade dos alunos. Entretanto, devem ser ensinadas não somente as suas teorias, mas também o momento de serem utilizadas, limitando-se a norma culta, à escrita e respeitar a linguagem coloquial na oralidade. Por meio da fala que o homem se comunica e para ser aceito na sociedade precisa demonstrar conhecer a variedade padrão ou culta, ensinada na escola. Torna-se imprescindível ser aprendida por todos os falantes, com o intuito de acabar ou pelo menos reduzir a discriminação linguística.

Segundo Britto (2004, p. 124), “[...] a tradição do ensino da gramática da língua está fundada na crença de que quem domina a gramática da língua está preparado para expressar-se bem”. O que não é verdade desse costume, pelo fato da oralidade não se amparar em aspectos normativos, deve sim, o aluno saber usar e distinguir a língua nas diversas manifestações em sociedade. Esse domínio da norma gramatical dará ao mesmo uma facilidade ao redigir textos.

A escola como formadora do cidadão, por meio do professor, tem o dever de orientar seus alunos sobre a diferenciação entre a linguagem culta e coloquial para possibilitar aos mesmos o conhecimento sobre a funcionalidade da língua e as circunstâncias da utilização da norma culta. Percebe-se, atualmente, um descrédito quanto ao ensino de Língua Portuguesa, talvez por considerar que ela não reflete a realidade vivenciada pelos seus falantes.

A escola tradicional tem transformado o estudo da língua em estudo da gramática, e isso acaba por gerar aversão ao idioma. A verdadeira gramática é viva e natural, não depende de ensino, permite variações linguísticas e evolução, evitando a morte da língua; ela é constituída pelo que incorporamos desde a nossa infância. (COSTA; ABREU, 2006, p. 3).

Os alunos não compreendem a utilidade do estudo da gramática e o forte poder de manipulação que a mesma exerce perante uma sociedade cada vez mais dinâmica e exigente. A valorização da língua culta começa na escola e amplia-se para a sociedade. O estudo de língua transformou-se em sinônimo de estudo de gramática, com isso os alunos passaram a moldar a sua linguagem a um sistema de regras que não explica e nem se aplica a todos os casos, pelo fato da língua evoluir. E essa mudança acontece pela necessidade da própria sociedade em evoluir linguisticamente.

De acordo com a teoria de Perini (2009), o educando deve ser orientado ao uso adequado da língua nas mais diversas manifestações linguísticas. Esclarecer ao mesmo que o modo como fala não é errado e não interfere na escrita, desde que ele tenha consciência de como deve comunicar-se quando for exigido dele o conhecimento da norma culta.

O estudante precisa estar seguro em sua maneira de se comunicar e isso só ocorre quando ele agrega o conhecimento sobre sua língua com a função que ela exerce na sociedade. Assim, tornando-se capaz de reconhecer e libertar-se do estigma da inferioridade linguística.

A síndrome de inferioridade linguística é inculcada nos educandos por meio do reconhecimento da existência de uma linguagem "legítima" (a variedade padrão), e por meio da conseqüente internalização de convicções suas e ideias a respeito da língua que, tomadas como convicções suas e ideias suas, acabam convencendo-se da própria inferioridade linguística. (SIMKA, 2000, p. 57).

A escolha das escolas pela norma culta, não pressupõe um ensino voltado para a gramática. Existem métodos de ensino que levam o aluno a deduzir e aprender o uso das normas sem, contudo, precisar decorá-las, sem ser um estudo maçante. O Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa traz em seu bojo a orientação de utilizar os gêneros textuais para aproximar a teoria da prática.

[...] as atividades de ensino de gramática que denominamos de "gramática reflexiva" também funcionam como estratégia para ensinar o aluno a pensar, a raciocinar, uma vez que sempre o levam a observar usos de recursos linguísticos e a perceber, organizar e explicitar o que regula sua utilização para produzir efeitos de sentidos em situações concretas de interação comunicativa. (TRAVAGLIA, 2007, p. 150).

O autor defende a gramática reflexiva e a considera a mais completa ou evoluída. Elege a mesma pelo fato dela provocar no aluno uma curiosidade pelo uso daquele determinado recurso linguístico, relacionando-o a sua correspondente função gramatical. Essa gramática provoca no usuário da língua uma reflexão sobre as linguagens usadas pelos mesmos, refletidas e discutidas no texto. Dessa forma, possibilita ao aluno não somente uma escrita correta como também ser possuidor de uma competência comunicativa.

No entanto, a ideia de ensino de gramática reflexiva completa-se com a teoria de Britto (2004, p. 102), "[...] ensinar gramática seria pensar a língua tal como ela é exercitada e avaliada em sociedade." A maneira como falamos e nos entende-

mos deve ser considerada perfeita, pois é a essência da nossa língua materna, aquela que aprendemos com nossos pais, sendo estimada pela sociedade por fazer parte da identidade de um povo possuidor de cultura.

A inaplicabilidade da teoria gramatical ou linguística reflete no aluno um indivíduo despreparado para a sociedade, um sujeito alheio às suas expectativas que não aprendeu a ter desenvoltura tanto na escrita quanto na oralidade. E esta mesma sociedade reclamará e cobrará os prejuízos recebidos por esses jovens, de um ensino falho que aniquila as suas esperanças quanto a um futuro promissor.

Diante dessa realidade, pode-se pensar, então, numa junção das teorias dos gramáticos e linguistas, e a partir daí fazer uma revolução no ensino da Língua Portuguesa, levar praticidade para as aulas de Português por meio dos gêneros textuais, com a introdução da gramática reflexiva, a qual abordará uma concepção nova sobre o ensino de nossa língua.

3 A IMPORTÂNCIA DOS GÊNEROS TEXTUAIS PARA A LEITURA E A ESCRITA

As escolas brasileiras aderem à utilização da gramática como ponto de partida para o ensino da Língua Portuguesa, apesar disso não estar presente no fundamento dos PCN. Houve uma confusão dos educadores na maneira de interpretar esse documento, distorcendo o correto uso da gramática. Para Simka (2000, p. 64),

A adoção da gramática normativa leva a outro extremo do processo, quando o educador se vê na tarefa de repassar minuciosamente todos os capítulos da respectiva teoria gramatical, colocando ênfase nas exceções, no raro, no exótico, transformando-se a aula de português numa sobrecarga de inutilidades.

De acordo com Costa e Abreu (2006), esse costume de sistematização da língua foi enraizado em nossa cultura por meio da civilização grega que influenciou todo o ocidente, e como consequência, a educação brasileira passou a valorizar mais a escrita do que a fala. “A Grécia foi a civilização mais importante da Antiguidade, influenciando de forma profunda a cultura ocidental. Nela surgiram o pensamento filosófico e o político, assim como os padrões estéticos de arte e beleza” (COSTA; ABREU, 2006, p. 5).

Tanto a escrita quanto a oralidade têm sua importância e devem ser vistas de maneira equivalente, respeitando-se as particularidades de cada uma, já que, como explica Pimentel (2006, [n.p.]), “[...] a fala é anterior à escrita. Todo ser humano, dentro das suas normalidades, tem a capacidade de falar. Já a escrita é adquirida, não sendo, pois, de acesso a todos”. Por essa afirmação, torna-se possível perceber a facilidade da comunicação verbal quando interagimos com os nossos semelhantes e a dificuldade da produção escrita, precisando ser aprendida numa instituição formal.

Se a fala é inerente ao ser humano, quando esse interage socialmente, e varia conforme a sociedade evolui, aquela não necessita de sistematização porque sua característica é ser mutável. Para continuar a utilizar o modelo atual precisaria existir um código de regras que fosse adaptável a cada evolução da língua para que, só assim, os usuários fossem capazes de compreender a funcionalidade da oralidade.

Como não existe manual explicativo da fala, torna-se inapropriado o seu enquadramento nas mesmas regras da escrita. Cabível, é uma aprendizagem na qual o discente compreenda as diversas variedades linguísticas, que devem ser respeitadas e o momento adequado de fazer uso de uma linguagem verbal formal.

[...] falar ou escrever bem não é ser capaz de adequar-se às regras da língua, mas é usar adequadamente a língua para produzir um efeito de sentido pretendido numa dada situação. Portanto, é a intenção comunicativa que funda o uso da língua e não a morfologia ou a gramática. (MARCUSCHI, 2004, p. 9 apud PIMENTEL, 2006, p. 6).

A escrita necessita ser ensinada na escola para que o aluno possa ter condição efetiva de participação social. Mas, atualmente, a educação privilegia o ensino das regras e não o entendimento do texto. O estudo da Língua Portuguesa está pautado em situações complexas que não correspondem ao ensino coerente que produz aprendizagem com qualidade.

[...] há três grandes problemas com o ensino de gramática realizado nas escolas: a colocação inadequada dos objetivos da disciplina (o desempenho linguístico dos alunos não melhora pela assimilação dos conteúdos gramaticais); o emprego de metodologia inadequada; e ausência de lógica no tratamento dado às definições apresentadas nas gramáticas escolares. (PERINI, 2000 apud KERSCH; FRANK, 2009, p. 52).

O aluno, ao estudar Português com um professor que privilegie o ensino de gramática não consegue compreender o verdadeiro sentido dessa disciplina e passa a não ver utilidade na mesma. Ele não consegue aplicar a teoria à prática, uma vez que não foi ensinado o mesmo a construir o conhecimento, e sim a produzi-lo constantemente.

Dessa forma, instala-se a insatisfação pela disciplina, não percebe o discente o valor de se aprender a escrever corretamente e falar com eloquência, e assim a ultrapassar barreiras preconceituosas criadas pela sociedade e pela escola, que enaltecem o domínio de tais habilidades, mas não fornecem meios de aperfeiçoá-las.

Todo esse processo, justificando uma construção textual e desempenho linguístico satisfatórios, ou seja, falar e escrever bem estão intimamente ligados

a questão das linguagens utilizadas por seus usuários. Pode-se perceber o uso constante dos alunos de linguagem escrita espontânea, sem uso das regras gramaticais, bem como de linguagem falada coloquial ou informal. E quando são cobrados pela escola e sociedade para fazer uso de uma linguagem escrita e falada culta (norma culta) ou formal, surge a confusão perante as diferenças existentes nas manifestações linguísticas.

Em diferentes interações comunicativas torna-se possível notar o desconhecimento do aluno ao uso da linguagem apropriada àquela situação. A maneira como comunica-se diariamente, fora do contexto escolar, é trazida para sala de aula e reproduzido em seus textos. Por sua vez, o professor como intermediador desse aprendizado deve diferenciar essas linguagens, valorar a todas, explicando o seu momento apropriado.

De acordo com Alves (2007) os alunos tendem a escrever da mesma maneira que falam, utilizam repetidamente em seus textos marcas de expressões da oralidade como por exemplo “e” e “ai”, desconhecem o vocabulário do idioma, entre outras situações que demonstram informalidade da escrita, quando seria necessário o uso formal da língua. O comportamento de formalidade dependerá do contexto em que se encontrem os falantes da língua, determinando a variante utilizada – formal ou informal. Saber diferenciá-las é fundamental, para o aluno adquirir habilidades de letramento e escrita, superando dessa forma, as dificuldades de empregá-las no seu dia a dia.

A linguagem formal deve obedecer à norma culta ou padrão da língua e é empregada quando a situação exige mais formalidade entre os falantes. A linguagem informal é despreocupada com as regras determinadas pela norma culta, permite o uso de gírias e expressões regionais e é empregada por falantes que estejam em uma situação de convívio familiar ou entre amigos. (PIMENTEL, 2006, p. 10).

Um recurso ou estratégia de ensino, aplicável nesta disciplina, e de relevância para o ensino e aprendizagem é a utilização da diversidade textual por meio de suportes variados, ou seja, é a aplicabilidade dos gêneros textuais. É esta a proposta de ensino de gramática, a qual orienta os PCN de Língua Portuguesa.

A eleição dos gêneros do discurso, tal como definido por Bakhtin – como sendo a cristalização de formas de dizer sócio-historicamente constituídas -, como objetos de ensino, pelo fato de esse conceito incluir aspectos da ordem da enunciação e do discurso, pode contemplar, de maneira mais satisfatória, o complexo processo de produção e compreensão de textos. (ROJO; BATISTA, 2003, p.152 apud ASSUMPÇÃO, 2008, p. 2851).

Uma provável maneira de fazer com que os alunos se interessem pelo ensino da língua e como usá-la deve pautar-se na motivação dos mesmos. E para que isso aconteça, o professor poderá propor atividades instigantes e problematizadoras, tirando-os da situação de mero espectador, passando a ser autores do próprio conhecimento na busca da melhor solução para o questionamento.

As estratégias de leitura e escrita são mecanismos utilizados pelo professor para fazer com que os alunos melhor compreendam suas produções textuais e letramento. Segundo Assumpção (2008), “levantar questões para desestabilizar os esquemas conceituais dos alunos, para provocar discussões, reflexões, análises e críticas constitui uma das estratégias promissoras do processo ensino-aprendizagem”. Quando o aluno vê-se na responsabilidade de desvendar aquele problema, precisará pesquisar, reavaliar seus conceitos e apresentar soluções para o questionamento, assim ele estará dando forma ao seu conhecimento, produto de sua criação.

Nesse processo de descoberta, o discente quando for buscar a solução do problema precisará reescrever suas produções, orientado pelo professor, ler outros textos, fazer várias retomadas e trocas de textos, discutir as informações para compreender o tema proposto. E então, a partir de sua experiência e conhecimento prévio agregado a este novo saber será capaz de elaborar suas próprias considerações, resultando na superação de obstáculos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio deste trabalho foi compreender o que acontece com o aluno que passa por um processo de escolarização básica, chega à universidade e traz dificuldades de leitura e escrita. Além disso, não faz uso da gramática nos gêneros textuais, conseqüentemente, não sabe qual a função da Língua Portuguesa, apresentando uma escrita restrita e problemas na exposição das suas ideias.

As dificuldades do aluno perante o ensino não é fato incontestável. Pelo contrário, deve-se analisar, discutir e finalmente propor alternativas para ressignificar do processo de aprendizagem da língua. Estudar a gramática por meio dos gêneros textuais é uma possibilidade, pois tornar o ensino mais próximo da realidade dos discentes, trabalhando diversos textos em uma diversidade de gêneros (e-mail, manchetes de jornal, cartas ao leitor, receitas etc.), principalmente para instigar a curiosidade e fazer com que o aluno construa o seu próprio conhecimento.

Refletir sobre a gramática, descobrindo a sua funcionalidade, usar recursos da oralidade e da escrita, saber diferenciar as linguagens e o momento ideal para usar cada uma delas, respeitando as variedades linguísticas, é um desafio. Essa intermediação deverá ocorrer por meio do docente ao apresentar a importância da função social da escrita.

REFERÊNCIAS

ALVES, Selmo. **Interfaces entre as linguagens oral e escrita:** uma questão variacional. [S.I.]: Para ler e Pensar, 2009. Disponível em: <http://www.paralerepensar.com.br/paralerepensar/texto/php?id_publicacao=6597>. Acesso em: 26 abr. 2012.

ASSUMPÇÃO, Solange Bonomo. As práticas investigativas no processo de letramento de alunos do ensino superior. Simpósio Nacional de Letras e Linguística e Simpósio Internacional de Letras e Linguística, 11; 1, 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: EDUFU, 2008. p.2851-2860. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/dados_catalograficos>. Acesso em: 20 maio 2012.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **A sombra do caos:** ensino de língua x tradição gramatical. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

COSTA, Janyne Rossana Barbosa Feitosa; ABREU, Ricardo Nascimento. O profissional do Curso de Letras e a Manipulação do Imaginário Coletivo Acerca da Manutenção da Pureza da Língua Portuguesa. **Cadernos de Pós-Graduação**, v.4, n.4, jul/dez. 2006

KERSCH, Dorotea Frank; FRANK, Ingrid. **Aula de português:** percepções de alunos e professores. [s.i.]: Scribd, v.7, 2009, p.49-61. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/71420449/art_05-dorotea>. Acesso em: 19 mar. 2012.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAL: língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. 2.ed. Brasília: MEC/SEF, 2000.

PERINI, Mário A. **As duas línguas do Brasil** – qual é mesmo a língua que falamos? Sofrendo a gramática. São Paulo: Ática, 2009. p.31-38.

PIMENTEL, Célia de Oliveira. **Oralidade na escrita. Erro?** Castro, PR: [s.n.]. 2006? Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivo/18-4.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2012.

SIMKA, Sérgio. **Ensino de língua portuguesa e dominação:** por que não se aprende Português. São Paulo: Musa, 2000.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Para que ensinar teoria gramatical.** Gramática ensino plural. São Paulo: Cortez, 2007. p.77-154.

Data do recebimento: 26 de Dezembro de 2014

Data da avaliação: 2 de Janeiro de 2015

Data de aceite: 12 de Janeiro de 2015

1 Graduada em Letras Português pela Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: nascimento@lencene@yahoo.com.br

2 Mestranda do Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal de Sergipe, professora de Língua Portuguesa da rede estadual de ensino. E-mail: nascimento@lencene@yahoo.com.br

3 Doutoranda em educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestra em educação pela UNIT e docente das Práticas Investigativas da UNIT. E-mail: nascimento@lencene@yahoo.com.br